



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria da Administração do Estado da Bahia

COORDENAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - SAEB/SRH/DRH/CPM/CONCURSOS

LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATO Nº 034/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA E O INSTITUTO AOCF, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr. Rodrigo Pimentel de Souza Lima, titular da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, CNPJ nº 13.323.274.0001/63, situada na 2ª Avenida nº 200, Centro Administrativo da Bahia (CAB), autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de 15/08/2025, doravante denominado Contratante e o Instituto - AOCF associação civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.667.012/0001-53, sediada na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 959, zona 08, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, doravante representada pela Diretora Presidente Sra. Lilian

Ravagnani Camilo, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 6.289.588-8, inscrita no CPF/MF sob o nº 019.592.229-88, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Contratação direta (inexigibilidade/dispensa) nº 011/2026, processo administrativo nº 009.15718.2026.0017783-37, que se regerá pela Lei estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.10 objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de técnico especializados visando à organização e realização do Concurso Público para provimento de 750 (setecentos e cinquenta) vagas, sendo 100 (cem) vagas para o cargo de Delegado de Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) vagas para o cargo de Escrivão de Polícia Civil e 500 (quinhentas) vagas para o cargo de Investigador de Polícia Civil, do quadro de pessoal da Polícia Civil da Bahia, conforme OF.CIRC.SRH/GAB. Nº 08/2026, de 05 de março de 2026, seus Anexos e a Proposta Técnica datada de 13 de março de 2026 enviada pela Contratada, constante no processo que deu origem a essa contratação, a qual integra o Contrato independentemente de transcrição, ressalvadas as disposições contrárias ao disposto neste Contrato, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

1.1.1 O Concurso Público mencionado no caput desta cláusula será realizado pela Contratada, mediante aplicação da 1ª Etapa: Provas Objetivas de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos e da 2ª Etapa: Prova Discursiva de conhecimentos específicos e a 3ª Etapa: Prova de Títulos.

Para o Cargo de Delegado de Polícia Civil serão desenvolvidas 02 (duas) questões abertas de estudo de caso e elaboração de 01 (uma) peça cautelar (representações) ou peça de inquérito policial.

Para os cargos de Investigador de Polícia Civil e Escrivão de Polícia Civil serão desenvolvidas 04 (quatro) questões dissertativas.

A 1ª Etapa: Provas Objetivas e a 2ª Etapa: Prova Discursiva serão realizadas na cidade de Salvador/BA. A 3ª Etapa: Prova de Títulos poderá ser realizada de forma presencial ou *on line*, a ser decidida oportunamente no momento da elaboração do edital de abertura de inscrições.

O Procedimento de Heteroidentificação será realizado para os candidatos que se autodeclararam negros no momento da inscrição e foram habilitados na 2ª Etapa: Prova Discursiva no município de Salvador/BA, de forma presencial.

1.1.2 Serão corrigidas as Provas Discursivas dos candidatos habilitados na 1ª Etapa: Provas Objetivas em até 2,0 (duas) vezes o número de vagas para a lista de ampla concorrência, por cargo, considerando os empatados da última posição. Para os candidatos negros serão corrigidas em quantitativo igual ao da ampla concorrência, por órgão, por cargo, considerando os empatados da última posição.

1.1.3 Serão corrigidas todas as Provas Discursivas dos candidatos deficientes habilitados na 1ª Etapa: Provas Objetivas, por cargo, considerando os empatados da última posição.

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:

- a) TR/Habilitação;
- b) Proposta da Contratada;
- c) ato que autorizou a contratação direta;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses, a contar da data da (x) **assinatura do Contrato** () **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** () **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:

a) impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor Célio Augusto Silveira de Alcântara, matrícula nº 09380949-3.

3.3 Fica(m) indicado como fiscal deste Contrato o servidor: Alba Rejane Novaes dos Santos, matrícula nº 92115154.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições indicadas no TR/Habilitação.

4.1.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não se responsabilizando o Contratante por nenhum compromisso assumido pela Contratada com terceiros.

4.1.2 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.2.1 A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.4 Caso tenha sido formulada no TR/Habilitação a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

a) a Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de extinção do Contrato, assegurando-lhe, para fins de regularização, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por até igual período;

b) a Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de extinção contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

c) a Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação; e

d) os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas (art. 48, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados na tabela em anexo.

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de R\$ 2.940.000,00 (dois milhões, novecentos e quarenta mil reais).

Valor individual a ser pago a empresa por candidato inscrito para candidatos pagantes e isentos: R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais).

Expectativa de inscritos: 35.000 (trinta e cinco mil candidatos).

O fechamento oficial do quantitativo de inscrições efetivadas será encaminhado ao Contratante 10 (dez) dias após o encerramento das mesmas e, identificada alguma variação do número de candidatos inscritos, até 30 (trinta) dias após a aplicação das provas objetivas e da prova discursiva, tendo em vista as possíveis inclusões de inscrições devido ao envio extemporâneo de arquivos bancários.

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

- 1ª parcela: 40% (quarenta por cento) do valor total, após o encerramento e homologação das inscrições;
- 2ª parcela: 40% (quarenta por cento) do valor total, após a aplicação das provas objetivas;
- 3ª parcela: 20% (vinte por cento) do valor total, após resultado final do Concurso Público.

Caso haja diferença no cálculo das parcelas mencionadas acima, em razão da diferença entre o quantitativo oficial de inscrições efetivadas e o quantitativo de inscrições preliminares, encaminhados para controle da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, o valor será ajustado na emissão da última parcela.

Os pagamentos devidos a Contratada serão efetuados no prazo de 08 (oito) dias úteis contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante a prestação

do respectivo serviço constante da fatura, e deverão ser pagos na conta 35843-6, agência 1187-8, Banco do Brasil.

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de 1 (um) ano contado de 13/03/2026, **data do orçamento estimado** (art. 92, inc. V, e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do

Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107](#) da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, “d”, parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021);

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no (x) TR/Habilitação e demais componentes () aviso ou instrumento de contratação direta, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;

b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;

c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;

e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;

g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;

j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho;

8.1.1 O Contratante, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.1.2 Além das determinações acima descritas, o Contratante deverá atender às seguintes obrigações específicas:

a) fornecer todas as informações necessárias à realização do Concurso Público, tais como: número de vagas, descrição dos cargos com indicação da localização das vagas, remuneração e requisitos para provimento, disponibilizando, ainda, toda a legislação para provimento dos cargos;

b) articular-se com a Contratada, quanto às datas relativas às atividades constantes deste contrato, e fazer cumprir o respectivo calendário;

c) abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência da Contratada e noticiar, com antecedência, acerca do envio dos competentes editais à imprensa oficial;

d) responsabilizar-se, em parceria com a Contratada, na adequação das normas e procedimentos constantes no Edital a respeito da legislação específica (Federal, Estadual e Municipal), se houver;

e) publicar o edital de abertura de inscrições na íntegra, bem como as listagens, os comunicados, avisos, despachos, editais de convocação e resultados no Diário Oficial do Estado da Bahia;

f) responsabilizar-se pelo recebimento dos valores de inscrições, utilizando-se das agências do Banco do Brasil;

g) examinar e dirimir dúvidas relacionadas com a classificação dos candidatos, cumprindo a Contratada prestar-lhes os esclarecimentos necessários;

h) arcar com o ônus da publicação na imprensa oficial;

i) acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos por meio de representantes devidamente credenciados, que se encarregarão dos contatos com a Contratada para esclarecimento de dúvidas, troca de informações e demais providências necessárias à realização do objeto deste Contrato;

j) enviar todas as informações necessárias para a confecção da ficha de compensação bancária (boleto bancário), com até 20 (vinte) dias de antecedência do início do período de inscrição;

k) validar a ficha de compensação bancária (boleto bancário) confeccionada e encaminhada pela Contratada, com até 10 (dez) dias de antecedência do início do período de inscrição;

l) encaminhar à Contratada a chave de acesso (token) necessária para a autenticação no BB SIA, para conexão com o serviço e automatização do envio dos arquivos retorno dos boletos de inscrição, com os pagamentos dos candidatos, assumindo, perante a Contratada e aos candidatos, qualquer problema decorrente do retorno dos arquivos bancários desses pagamentos. O Contratante declara ciência de que os funcionários da Contratada são proibidos de fornecer seus dados pessoais, para que sejam gerados usuário e senha, com a finalidade de permitir acesso aos arquivos de pagamento do Concurso na conta bancária que receberá os valores relativos às inscrições;

m) enviar, até o 3º (terceiro) dia útil após o término das inscrições, via e-mail endereçado à Contratada, a confirmação de conclusão de envio dos arquivos de pagamento dos valores de inscrição e quantitativo final de inscrições efetivadas, desde que não haja fato superveniente que atrase a geração dos arquivos por parte do banco, o que levará a uma extensão do prazo para envio dos arquivos restantes e eventual necessidade de ajuste do cronograma;

n) verificar e aceitar as faturas emitidas pela Contratada, recusando-as quando inexatas e/ou incorretas, ficando, neste caso, suspenso o prazo para pagamento, o qual somente começará a fluir após a apresentação da próxima fatura devidamente retificada, ou da nota de correção, não sendo considerado esse intervalo de tempo para efeito de atualização do valor contratual;

o) arcar com as despesas correspondentes aos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição nos termos art. 56 do Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014 (CadÚnico), sendo as isenções computadas na totalização de inscritos para fins de pagamento da Contratada;

p) enviar à Contratada cópia de todos os processos “na íntegra”, oriundos de quaisquer ações judiciais concernentes ao Concurso Público;

q) solicitar informações endereçado à Contratada, via ofício, para subsidiar as respostas aos recursos administrativos e às ações judiciais propostas em desfavor do Contratante, os quais serão respondidos em um prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, respeitados os prazos judiciais máximos de acordo com a natureza da ação judicial;

r) notificar a Contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

s) responsabilizar-se pela distribuição da lotação das vagas na cidade de realização das provas, nos termos da legislação e dos princípios constitucionais;

t) informar a Contratada a data de Homologação do Concurso Público e homologar o Resultado Final do certame;

u) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado pela Contratada e desde que atendidas às obrigações exigidas.

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) ([art. 137, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou no procedimento de contratação direta;
- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;
- j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;

n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação e/ou Projeto Básico;

q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);

r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei nº 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei nº 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei nº 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;

v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;

w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;

aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;

bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação ou no procedimento de contratação direta;

cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;

ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispendo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;

gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;

hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

ii) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

jj) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

kk) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

8.2.1 Além das determinações acima descritas, a Contratada deverá atender às seguintes obrigações específicas:

a) observar, as normas dispostas na Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito do Estado da Bahia;

b) elaborar, de comum acordo com o Contratante, todos os editais, cartazes, avisos e comunicados pertinentes ao Concurso Público sendo certo que, havendo necessidade de alteração dos referidos arquivos, o custo será suportado pela parte que houver dado causa;

c) avaliar os conteúdos programáticos propostos pelo Contratante;

- d) encaminhar, para validação do Contratante, todos os editais de convocações, decisões de recursos, portarias de resultados, avisos, comunicados, etc, de acordo com os modelos utilizados pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, que antecede a publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia;
- e) submeter ao Contratante a aprovação da versão final de todos os editais, cartazes, avisos, comunicados, portarias e decisões de recursos, etc do Concurso Público, anteriormente a sua divulgação;
- f) encaminhar, ao Contratante, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia, os editais de convocação, decisões de recursos, portarias de resultados, avisos, comunicados, etc, de acordo com o padrão utilizado pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, num prazo de 03 (três) dias úteis, que antecede a sua publicação;
- i) Encaminhar, ao Contratante, arquivos em word para fins de publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia, sem as seguintes formatações: tabelas com células mescladas, marcadores, rodapés, número de páginas, etc;
- j) Disponibilizar, no site da Contratada, editais de convocações, decisões de recursos, portarias de resultados, avisos, comunicados, etc, somente após a autorização do Contratante e publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia;
- k) Disponibilizar, no site da Contratada o material necessário à inscrição dos candidatos, a saber: Edital de Abertura de Inscrições, com as informações pertinentes ao Concurso Público e todos os editais, comunicados, avisos, resultados e decisões de recursos referentes ao Concurso Público;
- l) Divulgar e realizar o Concurso Público em conformidade com a Proposta Técnica, datada de 13 de março de 2026;
- m) Confeccionar o boleto bancário, que estará disponível durante o período de inscrição, de acordo com as informações bancárias e regras a serem encaminhadas pelo Contratante;
- n) As integrações deverão ser realizadas via API (Application Programming Interface) REST, conforme documentação disponibilizada no portal Developers (developers.bb.com.br), visando adequar o sistema da Contratada para registro de boleto de inscrição online;
- o) Possuir sistema apropriado para leitura do arquivo retorno no formato CBR643 ou CNAB240 no período das inscrições;
- p) Possuir os requisitos técnicos para implantação do BB SIA (sistema de integração de arquivos do Banco do Brasil) conforme Manual de instalação fornecido pelo banco para recebimento automatizado dos arquivos retorno dos boletos de inscrição;
- q) Cadastrar, logo após o recebimento dos Formulários de Inscrições, as informações codificadas neles contidas, para a elaboração das listas de candidatos;
- r) Desenvolver, no site da Contratada, sistema computacional para recebimento das solicitações de inscrição; pedidos de isenção do valor de inscrição e de atendimento especial; e para a interposição de recursos de acordo com o Edital de Abertura de Inscrições;
- s) Receber as solicitações de isenção do pagamento do valor de inscrição e encaminhar para análise do órgão gestor do CadÚnico;
- t) Elaborar as listas de candidatos inscritos no concurso, após finalização das inscrições realizadas pela Internet, em data a ser estabelecida no cronograma de atividades;
- u) Responsabilizar-se pelo processo de inscrição;

- v) Enviar, diariamente, ao Contratante, durante o período de inscrições, o quantitativo de inscrições pagas, por dia;
- w) Manter em funcionamento uma central de atendimento para comunicação e apoio aos candidatos;
- x) Elaborar, revisar, imprimir, corrigir, aplicar e acondicionar as provas e as folhas de respostas, em número suficiente para distribuição aos candidatos inscritos no Concurso Público;
- y) Fornecer, após aplicação da 1ª Etapa: Provas Objetivas e da 2ª Etapa: Prova Discursiva, um exemplar das provas e dos respectivos gabaritos para o Contratante;
- z) Manter total sigilo quanto às provas, na forma prevista na lei;
- aa) Enviar o Cartão de Informação aos candidatos, por e-mail, para aplicação da 1ª Etapa: Provas Objetivas, da 2ª Etapa: Prova Discursiva, da 3ª Etapa: Prova de Títulos e da convocação para o procedimento de heteroidentificação;
- bb) Providenciar, na cidade de realização das provas, as instalações necessárias e adequadas à guarda e à aplicação de todas as provas, arcando com todas as despesas decorrentes;
- cc) Providenciar o recrutamento do pessoal necessário à aplicação das provas (coordenadores e fiscais) e auxiliar para os serviços de sinalização, limpeza e conservação dos locais de provas;
- dd) Encaminhar ofício à Polícia Militar do Estado da Bahia, solicitando reforço nos locais de aplicação das provas, sem ônus para a Contratada, bem como informar aos órgãos de mobilidade urbana e órgãos reguladores de trânsito a data de aplicação das provas;
- ee) Manter, no local de realização das provas, durante todo o período de realização, equipe médica e ambulância contendo equipamentos e medicações para um pronto atendimento, para atendimento das ocorrências médicas, devendo a sua permanência anteceder meia hora à abertura dos portões e meia hora após o seu encerramento, posicionando em local estratégico, com facilidade de acesso e locomoção;
- ff) Manter, nos locais de aplicação das provas, a fim de garantir a segurança dos candidatos e a lisura do Concurso Público:
- 02 (dois) fiscais por sala, independente do quantitativo de candidatos por sala (Deverá ser observado um limite de 45 (quarenta e cinco) candidatos por sala);
- 02 (dois) fiscais volantes por andar, que poderão acompanhar os candidatos até o banheiro, auxiliando, caso necessário, na fiscalização no interior deste;
- 02 (dois) fiscais munidos de detectores de metais (01 masculino e 01 feminino) na entrada/saída de cada sanitário;
- Salas amplas, mantendo-se o distanciamento mínimo entre as carteiras e os devidos cuidados de ventilação natural dos ambientes com a abertura de janelas e portas, quando possível;
- gg) Utilizar, aleatoriamente, detector de metais no dia de aplicação das provas a fim de garantir a segurança dos candidatos e a lisura do Concurso Público;
- hh) Fornecer e acondicionar, antes da entrada dos candidatos na sala de aplicação das provas, os seus aparelhos eletrônicos, em embalagens específicas, devendo permanecer fechadas até a saída destes do local de aplicação das provas. Os demais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros, não poderão ser utilizados pelo candidato durante a realização das provas, devendo permanecer embaixo da mesa/carteira do candidato até o término das provas;

- ii) Padronizar vestuário dos fiscais e coordenadores evitando trajes inadequados durante a aplicação das provas;
- jj) Providenciar transporte de seus representantes, coordenadores, material de aplicação e provas na cidade de aplicação das provas, para aplicação e realização das provas e retorno, para os trabalhos de aplicação das provas, arcando com as despesas decorrentes;
- kk) Responsabilizar-se pela aplicação e avaliação das provas, conforme discriminadas na Proposta Técnica, datada de 13 de março de 2026, enviada pela Contratada, conferindo a identidade dos candidatos pelo documento apresentado e obtendo dos mesmos sua assinatura nas folhas de respostas personalizadas, conforme critérios a serem definidos no edital de abertura de inscrição;
- ll) Permitir ao candidato somente sair com o caderno de questões ao término do horário estabelecido no edital de abertura de inscrições;
- mm) Analisar e responder, formalmente, aos recursos, recebidos pela Contratada, eventualmente interpostos pelos candidatos, referentes a todas as etapas do Concurso Público de sua responsabilidade;
- nn) No que refere a ações judiciais referentes ao concurso, das quais o Estado não seja parte, encaminhar, no prazo de 05 (cinco) dias, cópia de citações, notificações ou intimações recebidas, acompanhadas da petição inicial, da decisão judicial e de outros elementos que possua, e possam auxiliar na elaboração de eventual manifestação do Estado;
- oo) Na hipótese de lhe competir o cumprimento de ordem judicial destinada ao Estado ou a autoridade vinculada ao certame, cumprir as decisões judiciais somente após a orientação da Procuradoria Geral do Estado da Bahia a luz do Decreto estadual nº 12.115, de 05 de maio de 2010, com exceção dos casos nos quais a ordem judicial se destinar também à Contratada ou à autoridade responsável da Contratada;
- pp) Responsabilizar-se por avaliar os candidatos que se autodeclararem negros, habilitados no Concurso Público, antes da elaboração da portaria de resultado final do Concurso Público, visando convalidar a autodeclaração do candidato realizada no momento da sua inscrição;
- qq) Fornecer, após a publicação do resultado final do Concurso Público, através de e-mail, planilha em excel, dos candidatos aprovados no Concurso Público, com os seguintes dados: nº de inscrição, nome, documento de identidade, pontuação na 1ª Etapa: Provas Objetivas, na 2ª Etapa: Prova Discursiva, 3ª Etapa: Prova de Títulos e pontuação final e classificação no concurso. A planilha deverá conter ainda mais 03 (três) campos, que serão preenchidos pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, contendo: convocação, nomeação e observação;
- rr) Encaminhar, ao Contratante, em word no formato de tabela todas as etapas e o resultado final do Concurso Público para fins de publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia de acordo com o modelo a ser fornecido pelo Contratante;
- ss) Encaminhar, arquivo de carga para processamento de todos os dados dos candidatos no Sistema SAP RHBAHIA, desde a inscrição até o seu resultado final, incluindo os candidatos *sub judice* que tiverem resultado final após a homologação e/ou o término do prazo de validade do certame. Os arquivos deverão ser encaminhados no formato especificado pelo Contratante;
- tt) Encaminhar, ao Contratante, scores e notas de todas as etapas do Concurso Público, no momento de envio do resultado definitivo de cada etapa;
- uu) Encaminhar, ao Contratante, estatística (inscritos, ausente, presentes, habilitados nas etapas aprovados no concurso, reprovados, etc) de todas as etapas do Concurso Público e do resultado final do certame, anteriormente a publicação destes;

vv) Conservar as folhas de respostas, as folhas de frequência, as demais planilhas de todos os candidatos e os exemplares dos cadernos de questões pelo prazo de validade do Concurso Público, contado a partir da homologação, e após esse prazo encaminhar material relativo às folhas de respostas para o Contratante para que fique sob a sua responsabilidade, podendo descartar os demais documentos, independentemente de notificação prévia;

ww) Esclarecer ao candidato que estiver realizando ou tenha realizado o Concurso Público objeto deste Contrato, sobre seus direitos e assuntos pertinentes ao Concurso Público que tenha prestado ou deseje prestar;

xx) Disponibilizar para consulta individual do candidato no site da Contratada escores e notas referentes a todas as etapas do Concurso Público, bem como as respostas dos recursos;

yy) Garantir aos candidatos do Concurso Público que estiver realizando, a confidencialidade dos dados e informações pessoais que não devam ser divulgadas para fins de publicidade do Concurso Público;

zz) Elaborar e corrigir as provas objetivas e a prova discursiva de acordo com o estabelecido com o Contratante;

aaa) Responsabilizar-se pela emissão de laudos técnicos sobre a identidade dos candidatos convocados para a posse, mediante a realização de exame grafotécnico;

bbb) Responsabilizar-se pela ordem nos locais de aplicação das provas, inclusive impedindo que os candidatos portem ou utilizem: armas, mesmo que possua o respectivo porte, aparelhos eletrônicos, pagers, telefones celulares, computadores, bonés, livros, etc;

ccc) Responsabilizar-se pela guarda e manutenção dos locais de aplicação das provas, respondendo por qualquer dano que ocorra;

ddd) Cumprir integralmente todas as normas previstas no edital de abertura de inscrições.

Matriz de risco

8.3 A Matriz de Risco constitui parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, na forma do Anexo deste Contrato.

8.3.1 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade tenha sido atribuída ao Contratante na Matriz de Risco, sem prejuízo da responsabilidade deste pelo cumprimento das obrigações elencadas na subcláusula 8.1.

8.3.2 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste a ela atribuídos na Matriz de Risco, sem prejuízo da sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações elencadas na subcláusula 8.2.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.

10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei nº 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei nº 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei nº 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de

Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei Federal nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#) da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 47, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial ([art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021](#) e art. 57 da Lei nº 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1º, da Lei nº 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), conforme art. 60 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina prevista no [Decreto nº 23.113/2024](#).

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal**, incidente sobre o valor global do contrato, será de: 10% (dez por cento) (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: 7% (sete por cento) (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: 0,3% (três décimos por cento) (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: 0,3% (três décimos por cento).

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de 0,3% (três décimos por cento), incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto, devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.

11.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta ([arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração ([art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021](#));

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial ([art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato ([art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Unidade Orçamentária: 09.101 – Assessoria de Planejamento e Gestão

Unidade Gestora: 0010 – Superintendência de Recursos Humanos

Ação: 04.122.445.7803 – Realização do Processo de Seleção de Pessoas

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Destinação de Recurso: 1.501.0.113.000000.00.00.00 – Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.4 Nas alterações contratuais para supressão de serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.5 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.6 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.7 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.8. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme [art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei nº 12.209/2011 e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

16.1 As partes se comprometem a cumprir a [Lei Federal nº 13.709/2018](#) (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório, de contratação direta ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal [nº 14.133/2021](#), na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.

17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB

Drº Rodrigo Pimentel de Souza Lima
Secretário da Administração do Estado da Bahia

O INSTITUTO - AOCB

Drª Lilian Ravagnani Camilo
Diretora Presidente

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ravagnani Camilo, Usuário Externo**, em 28/05/2026, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celio Augusto Silveira de Alcantara, Coordenador I**, em 28/05/2026, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Souza de Carvalho, Diretor**, em 28/05/2026, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pimentel de Souza Lima, Secretário de Estado**, em 01/06/2026, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

